



Brasília-DF, 27 de outubro de 2023.

Ao

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Referência: Resposta a Diligência - PE 19/2023 - UASG 170607

Prezado (a) Sr. (a). Pregoeiro (a),

R7 FACILITIES - MANUTENCAO E SERVICOS LTDA, vem por meio deste, em atenção aos pedidos de esclarecimentos registrados através do chat no sistema compras.gov, destacado e transcrito abaixo, justificar e encaminhar o que se segue:

Mensagem do Pregoeiro

Item G1

Para 11.162.311/0001-73 - **1**- Com relação aos percentuais registrados nos módulos 3 e 4 da planilha, solicito que a licitante apresente manifestação no que diz respeito a exequibilidade dos custos apresentados e ainda memória de cálculo utilizada, uma vez que os percentuais indicados estão abaixo do usualmente praticado e orientado pela Instrução Normativa nº 05/2017.

Enviada em 27/10/2023 às 16:15:18h

R: O instrumento convocatório não delimitou percentuais mínimos ou máximos de encargos sociais como critérios de classificação das propostas, apenas a observância da legislação em vigor. O Tribunal de Contas da União já se manifestou no sentido de considerar ilegal a fixação de percentuais mínimos para encargos sociais e trabalhistas cujos percentuais não estejam pré-fixados em Lei.

Diante do exposto, informo que, os percentuais previstos nos módulos 3 e 4 das planilhas de custos encontram-se exequíveis, bem como atendem ao disposto na legislação em vigor e com os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais correlatos, vejamos:

(...) Voto do Ministro Relator

(...) 6. No mesmo sentido, a jurisprudência desta Corte de Contas reprovava esse tipo de exigência, conforme se depreende dos Acórdãos 657/2004, 1.699/2007 e 650/2008 e 381/2009, todos do Plenário, entre outros. Por oportuno, reproduzo o seguinte excerto do Voto condutor do Acórdão 381/2009- Plenário, in verbis:

45. Este Tribunal, ao abordar a questão (Acórdão 657/2004- Plenário), ENTENDEU QUE A PREVISÃO DE PERCENTUAL MÍNIMO PARA OS ENCARGOS SOCIAIS, APESAR DA OBJETIVIDADE

PRETENDIDA, FERE O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, CONTRIBUI PARA A RESTRIÇÃO DO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME LICITATÓRIO e prejudica a obtenção de melhores preços. No mesmo sentido, cita-se a Decisão nº 265/2002-Plenário e os Acórdãos nº 3.191/2007-1ª Câmara, 775/2007-2ª Câmara, 1.699/2007-Plenário, 1.910/2007-Plenário e 2.646/2007-Plenário.
(destaquei)

Acórdão TCU nº 963/2004 -Plenário

"(...)

52. Inicialmente, cabe esclarecer que ALGUNS DOS ELEMENTOS INTEGRANTES DA PLANILHA DE CUSTOS SÃO VARIÁVEIS, E DEPENDEM DA CARACTERÍSTICA E ESTRUTURA DE CUSTOS DE CADA ORGANIZAÇÃO. OUTROS SÃO DECORRENTES DE LEI OU ACORDOS COLETIVOS, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente. Caso a planilha apresentada pelo licitante esteja dissonante do previsto em lei, e ainda assim, for considerada exequível e aceita pela Administração, caberá ao licitante suportar o ônus do seu erro.

(...)

Voto do Ministro Relator

(...)

6. Sobre a desnecessidade de detalhamento dos itens que compõem os encargos sociais e trabalhistas na planilha de preços utilizada como modelo no edital, penso que a presumida omissão não traz problemas para o órgão contratante, pois, segundo explicado pela unidade técnica, o contratado é obrigado a arcar com as consequências das imprecisões na composição dos seus custos."

Acórdão 1107/2021 - Plenário (relator: Ministro Raimundo Carreiro)

7.5. Assim, os fatos estão a indicar a regularidade dos procedimentos licitatórios adotados pelo Instituto, estando consentâneos com a jurisprudência desta Corte, conforme se extrai de excerto do relatório do Acórdão 1755/2020-TCU-Plenário, relatado pelo ministro Raimundo Carreiro (grifos no original) :

Entende-se que assiste razão ao órgão. Segundo a jurisprudência do TCU, divergências entre as planilhas de composição de custos e formação de preços da licitante e as da Administração, inclusive relativas a cotação de lucro zero ou negativo, não são, em princípio, motivo de desclassificação, devendo para tanto haver o exame da exequibilidade da proposta, uma vez que as planilhas possuem caráter subsidiário e instrumental (Acórdão 906/2020-TCU-Plenário, Relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira, Boletim de Jurisprudência 306/2020) .

No caso em tela, o órgão efetivamente perquiriu a exequibilidade da proposta junto à empresa licitante, que a ratificou e se comprometeu a honrar os custos apresentados. Ademais, o item 19.4.5 do Anexo I - Termo de Referência do certame, estipula que "os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017" (peça 4, p. 20) .

Portanto, eventuais inconsistências de valores na planilha, que foi ratificada pela licitante e aceita pela administração, serão de responsabilidade exclusiva da contratada. Sobre esse ponto, cabe

colacionar excerto do voto condutor do Acórdão 2546/2015-TCU-Plenário, Relator Ministro Substituto André de Carvalho:

15. Ocorre que a pronta desclassificação de alguns licitantes em virtude da apresentação de planilhas de custos e de formação de preços, com alguns itens faltantes ou com valores inadequados, sem que lhes fossem oportunizado previamente a chance de retificar as falhas apontadas, já foi objeto de apreciação por este Tribunal em vários julgados, sendo tratado como irregularidade (v. g.: Acórdãos 1.179/2008, 2.371/2009 e 187/2014, do Plenário, e Acórdão Julgamento de Recurso 34026826 SEI 12600.100325/2023-14 / pg. 44621/2009-TCU-Segunda Câmara).

16. Nesses julgados restou claro que a existência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e preços referentes à contratação de serviços não enseja, desde logo, a desclassificação das respectivas propostas, podendo a administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que, obviamente, não altere o valor global proposto, cabendo, ainda, à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a administração considerar exequível a proposta apresentada.

Acórdão 898/2019 - Plenário

'Erros no preenchimento da planilha de preços unitários não são motivos para a desclassificação de licitante, quando a planilha puder ser ajustada sem majoração do preço global ofertado

Em relação a memória de cálculo dos módulos 3 e 4, seguem abaixo tabela fundamentada, lembrando que, alguns percentuais são baseados em fatos estimativos e estatísticos de cada empresa.

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	%	Fundamentação
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e ss, CLT - $\{[0,05 \times (1/12)] \times 100\} = 0,42\%$
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	FGTS x Aviso prévio indenizado
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado	3,40%	item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - $(1 \times 0,40 \times 0,08 \times 100) = 3,40\%$
D	Aviso prévio trabalhado	0,04%	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e ss, CLT - $(7/30)/12 \times 0,02 \times 100 = 0,04\%$
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,01%	% submódulo 2.2. x aviso prévio trabalhado
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	0,60%	item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 - $(1 \times 0,10 \times 0,06 \times 100) = 0,60\%$
TOTAL		4,50%	***
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais			
4.1.	Substituto nas Ausências Legais	%	Fundamentação
A	Substituto na cobertura de Férias	0,950%	Art. 7º, XVII, CF/88./ IN 05/2017 - (Terço constitucional de férias e 13º salário do ferista $(3,03\% + 8,33\%) \div 12 = 0,95\%$)
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,100%	Art. 473 e 83 da CLT - Estimativa da empresa
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,100%	Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, § 1º, da CLT. Estimativa da empresa
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,100%	Art. 19 a 23 da Lei n.º 8.213/91. Estimativa da empresa
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,100%	Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, § 1º, da CLT - Estimativa da empresa
TOTAL		1,350%	



Mensagem do Pregoeiro

Item G1

Para 11.162.311/0001-73 - 2- Observamos que a empresa não considerou a depreciação do relógio de ponto. Solicitamos manifestação sobre o tema.

Enviada em 27/10/2023 às 16:15:30h

R: O Custo com o relógio de ponto foi depreciado em 12 meses e diluído por 999 colaboradores, com o custo unitário destacado nas planilhas, conforme memória de cálculo abaixo a qual resultou em um custo de R\$ 4,09 por colaborador, vejamos:

Quantidade de Relógios: 14

Valor Unitário: R\$ 3.500,00

Depreciação: 12 meses

Quantidade de Colaboradores: 999

Resultado: $14 \times 3.500,00 / 12 / 999 = R\$ 4,09$

EQUIPAMENTOS			
Item	Quantidade	Especificação	Valor Unitário
Relógio de Ponto	14	relógio de ponto material abs injetado, mostrador digital, tipo biométrico e leitor de código de barras, tipo impressão impressora térmica, características adicionais no-break interno, alimentação 110/200 v, atender a portaria 1.510 do MTE e 595/2013 do INMETRO.	R\$ 3.500,00
VALOR MENSAL POR EMPREGADO			R\$ 4,09

Mensagem do Pregoeiro

Item G1

Para 11.162.311/0001-73 - 3- Solicitamos justificativa para os custos apresentados para o insumo "uniformes", para auxiliar e encarregado, pois os valores estão abaixo do estimado por este Ministério.

Enviada em 27/10/2023 às 16:15:52h

Mensagem do Pregoeiro

Item G1

Para 11.162.311/0001-73 - Apenas esclarecer e retificar que os cargos apontados no item 3 da diligência, que trata do insumo uniforme, é assistente administrativo e encarregado geral.

Enviada em 27/10/2023 às 16:46:38h

R: Declaramos que os custos apresentados para os itens Uniformes estão de acordo com o preço de mercado e praticado por esta empresa em diversos outros contratos.

Tendo em vista nosso grande volume de compras de uniformes, tanto para contratos firmados com a Administração Pública quanto para a Administração Privada temos a disposição para uso imediato em nosso almoxarifado pelo menos 75% de todo o conjunto de uniformes cotado para esta licitação, são eles, paletós, calças e sapatos.



Portanto, os custos apresentados encontram-se de acordo com a realidade dessa empresa, e são devidamente exequíveis.

Mensagem do Pregoeiro

Item G1

Para 11.162.311/0001-73 - 4 Solicito manifestação da empresa no sentido de que confirme que possui desoneração tributária, já que o percentual de INSS está zerado.

Enviada em 27/10/2023 às 16:16:05h

R: Inicialmente, é importante deixar claro que, a R7 faz jus a DESONERAÇÃO por estar enquadrada com base no seu CNAE principal, a qual possui previsão legal no artigo 7º, IV, da lei 12.549/2011, e trata-se, portanto, de hipótese de desoneração de **TODA A FOLHA DE PAGAMENTO**, e não somente de parte do faturamento, em razão de disposição literal da lei de forma irretratável para todo o ano-calendário, conforme documentos já enviados anteriormente, por este motivo a



previsão percentual do **Submódulo 2.2 - item 2.2, "A" - rubrica: INSS=0%**, sendo provisionado no **MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - C.1 Tributo Federal (CPRB)= 4,5%**,

Para tanto, essa empresa se enquadra na hipótese prevista no Art. 9º, §9º da Lei 12546/2011, vejamos:

Art. 9º Para fins do disposto nos arts. 7º e 8º desta Lei: (Regulamento)

(...)

§ 9º AS EMPRESAS PARA AS QUAIS A SUBSTITUIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO PELA CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA BRUTA ESTIVER VINCULADA AO SEU ENQUADRAMENTO NO CNAE DEVERÃO CONSIDERAR APENAS O CNAE RELATIVO A SUA ATIVIDADE PRINCIPAL, assim considerada aquela de maior receita auferida ou esperada, **NÃO LHES SENDO APLICADO O DISPOSTO NO § 1º**. (Redação dada pela Lei nº 12.844, de 2013)
(destaquei)

Como se observa, o artigo 9º, §9º, da lei 12.549/2011, transcrito acima é bastante claro quanto à questão, não havendo margem para interpretações diversas, pois com base em toda documentação já apresentada no decorrer do certame, a R7 comprova de forma clara e inequívoca que se enquadra nos requisitos do §9º, **sendo que a desoneração da folha de pagamento se aplica para todas as suas atividades**, inclusive para aquelas que não se sujeitam ao regime de desoneração, ou seja, **TODA A RECEITA BRUTA se aplica a Alíquota de 4,5%**, como pode ser observado através dos relatórios gerados pelo Sistema Público de Escrituração Digital – EFD – Contribuições e tela do sistema eSocial (anexo), onde indica a opção de enquadramento da R7 na Desoneração da folha.

Importante observar a parte final do § 9º, onde indica que **“NÃO LHES SENDO APLICADO O DISPOSTO NO § 1º”** que é justamente a demonstração do faturamento relativo somente a CPRB, o que de fato não se aplica a essa empresa, por estar enquadrada **com base no seu CNAE Principal**.

Registro que, não há óbice algum para que pessoas jurídicas enquadradas no regime de desoneração da folha, exerçam outras atividades econômicas além das primárias. Nesse cenário, também não podem ser impedidas ou prejudicadas na participação em licitações voltadas para atividades complementares, ou secundárias, **SE A ATIVIDADE, OBJETO DA LICITAÇÃO, FOR COMPATÍVEL COM AS ATIVIDADES CONSTANTES DO CADASTRO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS DA EMPRESA, CONSTANTES NO CNPJ**.

Nesse sentido, entende o Tribunal de Contas da União:

Representação acerca de irregularidades em pregão eletrônico para contratação de serviços continuados de apoio administrativo. Arguição de vantagem indevida, auferida pela licitante vencedora, em decorrência do




regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), instituído pela Lei 12.546/2011 para fins de desoneração da folha de pagamentos. Possível violação dos princípios da legalidade e da isonomia sob o argumento de que a atividade econômica principal da licitante vencedora seria incompatível com o objeto da licitação. **IMPROCEDÊNCIA. EXISTÊNCIA DE PROVA DE CADASTRO EM ATIVIDADE ECONÔMICA SECUNDÁRIA COMPATÍVEL COM OS SERVIÇOS LICITADOS.** Regular enquadramento da empresa no regime de CPRB, nos termos da legislação em vigor. Prejudicialidade do pedido de medida cautelar para suspensão dos atos do certame. O atendimento à legislação tributária no tocante ao enquadramento de pessoa jurídica no regime de contribuição previdenciária sobre a receita bruta, nos termos da Lei 12.546/2011, não impõe vantagem indevida - e, portanto, não viola o princípio da isonomia - em licitação pública desde que haja compatibilidade entre os serviços licitados e os constantes do cadastro de atividades econômicas do proponente.

Acórdão nº 480/2015 - Plenário/TCU. Relator: Ministro Relator Augusto Nardes.


Não viola o princípio da isonomia a participação de pessoa jurídica enquadrada no regime de desoneração tributária previsto na Lei 12.546/2011 em licitação cujo objeto caracteriza atividade econômica distinta da atividade principal que vincula a empresa ao referido regime. Acórdão nº 437/2020-Plenário/TCU. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

(destaquei)

Como se observa, a R7 possui CNAE PRINCIPAL 43.22.3-02, inerente ao ramo de engenharia, cuja atividade é passível de desoneração com base na Lei 12.546/2011, e também possui CNAE SECUNDÁRIO inerente ao objeto do referido pregão, veja-se:

		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.162.311/0001-73 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 17/09/2009
NOME EMPRESARIAL R7 FACILITIES - MANUTENCAO E SERVICOS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) R7 FACILITIES		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração		

29/08/2023, 00:39 about:blank

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.162.311/0001-73 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 17/09/2009
NOME EMPRESARIAL R7 FACILITIES - MANUTENCAO E SERVICOS LTDA		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 68.22-6-00 - Gestão e administração da propriedade imobiliária 71.12-0-00 - Serviços de engenharia 74.90-1-03 - Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias 77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor 77.19-5-99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor 78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária 78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados		

Portanto, resta justificado o percentual do Submódulo 2.2 - item 2.2, "A" - rubrica: INSS=0%, sendo provisionado no MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO - C.1 Tributo Federal (CPRB)= 4,5%, conforme documentos comprobatórios enviados anteriormente.

Mensagem do Pregoeiro

Item G1

Para 11.162.311/0001-73 - 5-Solicito manifestação da empresa, para registro, quanto a indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas, utilizados como base para os salários registrados na planilha de custos.

Enviada em 27/10/2023 às 16:16:24h

R: Com base na doutrina e diversas jurisprudências, o enquadramento sindical do trabalhador de fato decorre da atividade preponderante da empresa (empregador), nos termos do Acórdão nº 2.601/20 do TCU- Plenário, que assim dispõe:

“ É IMPRÓPRIA EXIGÊNCIA DE QUE AS PROPOSTAS INDIQUEM OS SINDICATOS, ACORDOS COLETIVOS, CONVENÇÕES COLETIVAS OU SENTENÇAS NORMATIVAS QUE REGEM AS CATEGORIAS PROFISSIONAIS QUE EXECUTARÃO O SERVIÇO, EM VEZ DE CONSIDERAR O ENQUADRAMENTO PELA ATIVIDADE ECONÔMICA PREPONDERANTE DO EMPREGADOR”.
(destaquei)

Diante do exposto, informo que, a entidade sindical representativa do segmento do negócio vinculado à atividade econômica preponderante dessa empresa, é o **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2023/2025 firmado entre o SINDICATO INTERESTADUAL DOS TRAB NAS IND MET**



MEC MAT ELÉTRICO E ELETRÔNICOS DO DF, GO e TO - registrado no MTE com o número: DF000398/2023 e a empresa R7 FACILITIES - MANUTENCAO E SERVICOS LTDA, cuja data base ocorre em 1º de maio de cada ano.

Em relação ao salário indicado nas planilhas de custos, essa empresa seguiu o mesmo salário que serviu de base para a composição da estimativa de preços deste Ministério, quais sejam **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO: R\$ 2.238,10 e ENCARREGADO GERAL: R\$ 3.827,96, em atenção a cláusula terceira do Acordo Coletivo SITMMME, que dispõe que, será garantido salário nunca inferior a R\$ 1.505,88, ou seja, podendo ser acima desse piso**, veja-se:

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Fica estabelecido que, retroativo à 1º de maio de 2023 será garantido aos empregados abrangidos por este Acordo Coletivo de Trabalho - ACT, um Piso Salarial **NUNCA INFERIOR a R\$ 1.505,88** (hum mil quinhentos e cinco reais e oitenta e oito centavos), por mês.

(destaquei)

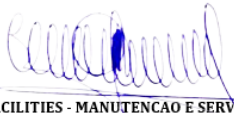
A R7 é uma empresa séria e já consolidada no mercado de terceirização, manutenção e serviços, e trabalha com seriedade e estratégia comercial, com o intuito de minimizar o possível risco de prejuízos por quaisquer que sejam os motivos, tanto é que possui diversos contratos em execução com a Administração Pública, com custos semelhantes aos aplicados neste certame para uniformes e salários, a qual faz jus a desoneração a mais de 5 anos, e possui total ciência que não faz e não fará jus a repactuação relacionada a essa rubrica (desoneração).

Diante do exposto, declaramos a **TOTAL EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA**, e destacamos que com base em toda documentação já apresentada possuímos total capacidade administrativa e técnico-operacional para início imediato do contrato e perfeita execução dos serviços, bem como atendemos a todos os requisitos do edital e da legislação vigente, assumindo quaisquer ônus decorrentes dessa declaração.

Atenciosamente,

R7 FACILITIES - MANUTENCAO E SERVICOS LTDA

CNPJ nº 11.162.311/0001-73


R7 FACILITIES - MANUTENCAO E SERVICOS LTDA
CNPJ: 11.162.311/0001-73
GILDENILSON BRAZ TORRES
SÓCIO/ADMINISTRADOR
CPF: 717.967.543-15